

Cargo: CONTADOR – ESTATUTÁRIO – NÍVEL SUPERIOR

PROVA ESCRITA (OBJETIVA) – 04/09/2022

Período da MANHÃ

INSTRUÇÕES

1. Não abra este caderno antes de autorizado pelo fiscal de prova.
2. Depois de autorizado pelo fiscal, O candidato deve ler as instruções e verificar se faltam folhas neste caderno, se a sequência de 40 (QUARENTA) questões está correta e se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas. Comunique imediatamente ao fiscal de prova qualquer irregularidade.
3. A prova é composta de 40 (QUARENTA) questões objetivas.
4. Nesta prova, as questões objetivas são de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas cada uma, sempre na sequência A, B, C e D, das quais somente uma deve ser assinalada.
5. A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais de provas. Utilize os espaços e/ou páginas em branco para rascunho. Não destaque folhas deste caderno.
6. Ao receber a folha de respostas (gabarito), examine-o e verifique se o seu nome está impresso nele. Caso haja qualquer irregularidade, comunique-a imediatamente ao fiscal de prova.
7. Transcreva as respostas para a folha de respostas (gabarito) com caneta esferográfica transparente de tinta preta ou azul. A folha de respostas (gabarito) será o único documento válido para efeito de correção. Em hipótese alguma ocorrerá a substituição da folha de respostas (gabarito) por erro de preenchimento ou qualquer dano causado pelo candidato.
8. Não serão permitidos empréstimos, consultas e comunicação entre candidato, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos, eletrônicos ou não, inclusive relógio. O não cumprimento dessas exigências implicará a eliminação do candidato.
9. O saco plástico com os objetos, deverá ser colocado sob a carteira ou mesmo no assoalho da sala e não pode ser aberto sob pena de eliminação.
10. O tempo de resolução das questões, incluindo o tempo para preenchimento da folha de respostas, é de **3 (três) horas** a partir do início da prova.
11. Ao terminar a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao fiscal de prova. Aguarde a autorização para entregar a folha de respostas (gabarito).
12. O candidato, poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos **60 (SESSENTA)** minutos após o início de sua realização. Após o tempo mínimo de 60 (sessenta) minutos de prova, o candidato poderá retirar-se do local de realização da Prova Objetiva levando consigo o caderno de prova, que contém espaço para anotação do gabarito.
13. **Os DOIS últimos** candidatos de cada sala ficarão retido para assinar, juntamente com os fiscais daquela sala, a ata e o lacre do envelope dos gabaritos.
14. Não esquecer de levar seus pertences pessoais.

LÍNGUA PORTUGUESA

Considere o fragmento de texto abaixo para as questões 01 a 10:

[...] Como comentei na introdução, é comum que alguns autores, embora neguem o uso do “eu”, permitam, entretanto, o uso do “nós”, isto é, o emprego gramatical da primeira pessoa do plural. Devo dizer que acho a opção ainda mais estranha e curiosa do que a proibição anterior.

Penso que tais autores, se sentindo sufocados pela impessoalidade da terceira pessoa gramatical, porém, sem querer ceder à pessoalidade da primeira pessoa do singular, acabem tentando encontrar um meio-termo no “nós”, o que, a meu ver, é mero paliativo. É que, à exceção dos trabalhos elaborados em coautoria, soa muito estranho ler um autor se referindo a si como “nós”. Soa como uma esquizofrenia.

Para tentar justificar esse paliativo, já vi seus defensores argumentando que o uso da primeira pessoa do plural se justifica uma vez que o autor se apoia em diversas pessoas e em suas obras para poder desenvolver um trabalho científico. Assim, tentam fazer crer que o uso do “nós” é uma espécie de reconhecimento à colaboração dos demais autores que serviram de fonte às ideias do autor da pesquisa.

Ora, com todo respeito, trata-se de uma falácia. O argumento da suposta humildade do pesquisador revela-se, na verdade, uma presunção temerosa, que, penso, deve ser evitada. Nada lhe garante que os autores que lhe serviram de fonte de pesquisa chegariam às mesmas conclusões que as suas, ou que foram corretamente interpretados em suas ideias. Em verdade, não cabe ao pesquisador declarar a vontade de suas fontes, apenas interpretá-las com sua própria subjetividade que lhe é peculiar.

Além de gerar um ruído na comunicação, entendo que o uso da primeira pessoa do plural por um indivíduo que elabora sozinho um texto acadêmico representa uma afronta à lógica, já que nada justifica se referir a si como “nós”, quando se está completamente sozinho no ato de escrever. Sendo o caso de ser uma pesquisa que teve ajudantes ou colaboradores, uma forma de valorizar sua participação é torná-los coautores ou mencioná-los diretamente no trabalho. [...]

CERSOSIMO, Samuel Oliveira. O “eu” no trabalho acadêmico: considerações sobre a proibição ao uso da primeira pessoa do singular nos textos científicos. Disponível em: <https://www.academia.edu/>.

01. Considerando a linha argumentativa desenvolvida no texto, assinale a alternativa integralmente CORRETA.

- | | |
|----|--|
| A. | Na produção de textos de divulgação científica, a primeira pessoa do plural é uma opção inadequada por evitar que o pesquisador se sinta sufocado pela impessoalidade da terceira pessoa gramatical. |
| B. | Na produção de textos de divulgação científica, a primeira pessoa do plural é opção mais adequada do que a primeira pessoa do singular para evitar que o pesquisador comunique uma falsa modéstia. |
| C. | Na produção de textos de divulgação científica, a primeira pessoa do plural não é uma opção adequada, haja vista a expressividade subjetiva que subjaz ao uso dessa estratégia linguística. |
| D. | Na produção de textos de divulgação científica, a primeira pessoa do plural não é uma opção adequada, uma vez que não expressa humildade e, ainda, configura-se como uma afronta à lógica. |

02. Considerando o conteúdo do texto e as possibilidades de inferências que ele mobiliza, assinale a alternativa correta.

- | | |
|----|--|
| A. | O autor entende que, em geral, os pesquisadores, produtores de texto científico, não são humildes, além de não considerarem que o sentido é construído na interlocução entre leitor x texto x autor. |
| B. | O autor entende que o uso da 3ª pessoa pode ser sufocante para os pesquisadores, dificuldade essa que não é adequadamente superada pelo recurso à primeira pessoa do plural. |
| C. | O autor entende que fazer ciência é atividade que não pode estar submetida a interpretações subjetivas, já que ela tem por objetivo descrever evidências, e não apresentar ideias particulares. |
| D. | O autor entende que um texto científico deve se conformar às proposições da Lógica formal, o que permite, mesmo nas Ciências Humanas, que diferentes pesquisadores cheguem às mesmas conclusões. |

03. Assinale a alternativa INCORRETA.	
A.	As escolhas linguísticas revelam que, nesse texto, o autor não segue a própria tese aí defendida, haja vista a forma como escolhe demarcar a pessoalidade no texto.
B.	Enquanto a expressão adverbial “Para tentar justificar esse paliativo” (3º parágrafo) veicula uma relação de finalidade, a expressão “Como comentei na introdução” (1º parágrafo) é conformativa.
C.	Uma paráfrase semanticamente possível da última oração do 1º parágrafo é: “Usar a primeira pessoa do plural é mais estranho e curioso do que proibir o uso da primeira pessoa do singular”.
D.	A substituição do substantivo “uma falácia” (4º parágrafo) por “um engodo” não resultaria em alteração semântica significativa do texto a ponto de prejudicar a sua coerência global.

04. Assinale a alternativa que apresenta uma análise INCORRETA em relação ao 2º parágrafo.	
A.	Apenas o primeiro período desse parágrafo apresenta uma interpretação subjetiva, o que fica evidenciado pelas expressões “Penso que” e “a meu ver”. Nos últimos dois períodos, o autor recorre à 3ª pessoa, recurso que garante uma interpretação objetiva da realidade.
B.	O pronome “o”, em “o que”, tem função referencial, evitando repetição desnecessária do que se disse anteriormente, no mesmo período. O conteúdo retomado por tal elemento diz respeito àquilo que se predica sobre “tais autores”.
C.	Nesse parágrafo, predomina o uso de verbos conjugados no modo indicativo e no tempo presente, bem como a voz ativa. Tais escolhas linguísticas são recorrentes em textos em que preponderam sequências argumentativas.
D.	A expressão “É que”, embora sintaticamente desnecessária, contribui para a construção da linha argumentativa do texto, uma vez que a asseveração apresenta uma avaliação subjetiva como se fosse verdade; já a expressão “Penso que” explicita tratar-se de uma interpretação subjetiva.

05. Assinale a alternativa que apresenta análise integralmente CORRETA em relação ao uso de vírgulas no trecho a seguir: “Como comentei na introdução, [1] é comum que alguns autores, [2] embora neguem o uso do “eu”, [3] permitam, [4] entretanto, [5] o uso do “nós”, [6] isto é, [7] o emprego gramatical da primeira pessoa do plural.”	
A.	A vírgula [1] tem a mesma função da vírgula [4]: separa oração adverbial deslocada.
B.	A vírgula [6] acaba separando sujeito de predicado, o que fere as regras da língua escrita culta.
C.	As vírgulas [2] e [3] servem para isolar uma oração adverbial intercalada na oração principal.
D.	A exemplo de [5], deveria ocorrer vírgula após a conjunção “embora”.

06. O primeiro período do 2º parágrafo é composto. Assinale a alternativa que apresenta a oração principal desse período.	
A.	Penso que tais autores [...] acabem tentando encontrar um meio-termo no “nós” [...].
B.	[...] o que, a meu ver, é mero paliativo.
C.	Penso que tais autores, se sentindo sufocados pela impessoalidade da terceira pessoa gramatical [...].
D.	[...] porém, sem querer ceder à pessoalidade da primeira pessoa do singular [...].

07. Assinale a alternativa que apresenta uma oração subordinada introduzida por uma conjunção que exige o modo subjuntivo.	
A.	Ora, com todo respeito, trata-se de uma falácia.
B.	[...] quando se está completamente sozinho no ato de escrever.
C.	[...] embora neguem o uso do “eu” [...].
D.	Como comentei na introdução [...].

08. Assinale a alternativa que apresenta uma análise INCORRETA no que tange às relações morfossintáticas de concordância.	
A.	Os adjetivos “estranha” e “curiosa” (1º parágrafo) concordam em gênero e número com o substantivo que modificam: “opção”.
B.	O verbo ‘ser’, em “é torná-los” (5º parágrafo), está conjugado na terceira pessoa do singular para concordar com o núcleo do sujeito: o substantivo “forma”.
C.	O pronome “-los” (5º parágrafo) está flexionado em gênero e número para concordar com os substantivos retomados por esse elemento coesivo: “ajudantes ou colaboradores”.
D.	O pronome “suas” (em “suas ideias”, 4º parágrafo) está flexionado em gênero e número para concordar com o elemento a que faz referência: o substantivo “conclusões”.

09. Assinale a alternativa em que todas as palavras recebem acento gráfico pela mesma regra de acentuação.	
A.	já, ruído, interpretá-las
B.	lógica, acadêmico, científico
C.	própria, ruído, lógica
D.	além, está, às

10. Assinale a alternativa que apresenta uma característica linguística desse texto que NÃO é indicada quando considerado o contexto de Redação Oficial.	
A.	Flexão recorrente do verbo na primeira pessoa do singular para indicar uma interpretação particular do produtor em relação a um tema ou conceito.
B.	O uso de pronomes com função referencial, uma vez que tais elementos geram ambiguidade, o que deve ser evitado na comunicação interna ou externa em repartições públicas.
C.	O uso de períodos compostos, uma vez que tais construções prejudicam a clareza e a concisão necessárias em correspondências oficiais.
D.	O uso de períodos simples, pois tais construções impedem que se apresentem desdobramentos importantes para a comunicação entre setores da Administração Pública.

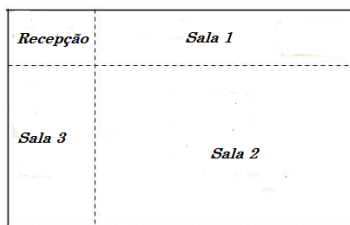
MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Foram comprados macarrão do tipo espaguete e parafuso. Toda a compra foi entregue em 20 caixas, com 34 pacotes cada uma. Sabendo-se que cada caixa continha 4 embalagens de macarrão do tipo parafuso a mais do que do tipo espaguete, o número de pacotes entregues, de macarrão do tipo parafuso, foi:	
A.	384 pacotes.
B.	480 pacotes.
C.	300 pacotes.
D.	380 pacotes.

12. No mês de janeiro foi realizada uma pesquisa com turistas que visitaram a cidade de Foz do Iguaçu buscando identificar qual o local turístico visitado na cidade que eles mais gostaram. Das pessoas que responderam o questionário, 175 disse que gostou mais do Parque das Aves, 160 pessoas gostaram mais das Cataratas do Iguaçu e 120 pessoas relataram que gostaram mais do Marco das Três Fronteiras. Além disso, 40 pessoas gostaram mais do Parque das Aves e das Cataratas do Iguaçu, 30 pessoas gostaram das Cataratas do Iguaçu e do Marco das Três Fronteiras, 55 pessoas gostaram do Parque das Aves e do Marco das Três Fronteiras e ainda, 20 pessoas disseram que gostaram do Parque das Aves, das Cataratas do Iguaçu e do Marco das Três Fronteiras. Sabendo disto, quantas pessoas gostaram mais, apenas das Cataratas do Iguaçu?

A.	100 pessoas.
B.	110 pessoas.
C.	55 pessoas.
D.	115 pessoas.

13. Um grupo de advogados comprou uma grande sala comercial que tem o formato retangular e a dividiu em quatro cômodos, também retangulares, conforme ilustra a figura abaixo. Sabendo que a área da recepção é igual a 8m^2 e que as áreas das salas 1 e 3 são, respectivamente, 16m^2 e 12m^2 , então a área da sala 2 e a área total deste escritório, em metros quadrados, são respectivamente igual a:



A.	24 m^2 e 40m^2 .
B.	42 m^2 e 56 m^2 .
C.	14 m^2 e 60m^2 .
D.	24 m^2 e 60m^2 .

14. Uma piscina tem a forma de um paralelepípedo retangular, cujas medidas são 18 m de comprimento, 15 m de largura e 120 cm de profundidade. A mangueira de água utilizada para encher a piscina tem uma vazão de 900 litros por minuto. Sabendo disso, para encher completamente a piscina serão necessários quantos litros de água e quanto tempo?

A.	224.000 litros e 6 horas.
B.	124.000 litros e 5 horas.
C.	324.000 litros e 6 horas.
D.	324.000 litros e 4 horas.

15. Um supermercado está fazendo uma promoção para conseguir moedas. Quem trazer moedas de R\$ 0,10 ganha um desconto de 5% no valor total de sua compra. As clientes Maria e Marieta chegaram ao mesmo tempo no caixa 1 e 2 respectivamente. Maria trouxe um total de R\$25,20 em moedas, sendo moedas de R\$ 0,10 e de R\$ 0,25 e o número de moedas de 25 centavos era o dobro do número de moedas de 10 centavos. Marieta trouxe um total de R\$ 12,75 em moedas, sendo moedas de R\$ 0,10 e de R\$ 0,25, mas o número de moedas de 25 centavos era o triplo do número de moedas de 10 centavos. Sabendo disso, quantas moedas de R\$ 0,10 o mercado conseguiu com Maria e Marieta?

- | | |
|----|------------|
| A. | 57 moedas. |
| B. | 42 moedas. |
| C. | 47 moedas. |
| D. | 15 moedas. |

CONHECIMENTOS GERAIS, LEGISLAÇÃO

16. O Art. 15, da Lei nº 2.056/2015, que “Dispõe sobre o quadro de pessoal do executivo municipal de Barracão e dá outras providências”, estabelece que os servidores nomeados para os cargos públicos de provimento efetivo, ao entrar em exercício, ficam sujeitos a estágio probatório por prazo ininterrupto de 36 (trinta e seis) meses.

Parágrafo único. No período mencionado no caput deste artigo, as habilidades e a capacidade funcional do servidor serão objeto de avaliação de desempenho, na forma estabelecida em regulamento, observados, entre outros, os seguintes fatores:

- | | |
|----|--|
| A. | Assiduidade; Disciplina. |
| B. | Capacidade de iniciativa. |
| C. | Eficiência; Idoneidade moral. |
| D. | Todas as alternativas anteriores estão corretas. |

17. A avaliação de desempenho é o processo que tem por propósito aferir objetivamente o resultado do trabalho efetivo dos servidores, fornecendo subsídios para o planejamento de recursos humanos da administração Municipal. O Art. 24, da Lei nº 2.056/2015, que “Dispõe sobre o quadro de pessoal do executivo municipal de Barracão e dá outras providências”, estabelece que “O servidor cujo desempenho tenha sido avaliado”:

I – Na média ou acima da média progredirá 01 (uma) referência dentro do mesmo nível até alcançar a referência máxima do nível.

II – Abaixo da média permanecerá na mesma referência e em caso de reincidência de preterição submeter-se-á a treinamento e/ou testes psicológicos, ficando à disposição do órgão de pessoal para readaptação ou transferência.

III – Na média ou acima da média progredirá 3 (três) referências dentro do mesmo nível até alcançar a referência máxima do nível.

IV – Abaixo da média progredirá 1 (uma) referência e podendo ser submetido a treinamento e/ou testes psicológicos, ficando à disposição do órgão de pessoal para readaptação ou transferência.

V – Somente os avaliados abaixo da média permanecerão na mesma referência e, em caso de reincidência de preterição, submeter-se-ão a treinamento e/ou testes psicológicos, ficando à disposição do órgão de pessoal para readaptação ou transferência, ou a critério da autoridade municipal exonerá-lo.

São falsos os itens:

A. II, III e V, somente.

B. III, IV e V, somente.

C. I, II e IV, somente.

D. I, III e IV, somente.

18. A ditadura militar no Brasil, acabou no ano de 1985, depois de grandes movimentações políticas, como as manifestações por eleições diretas. Em 1988, foi promulgada a Constituição Federal de 1988, que é também conhecida como:

A. Constituição Cidadã.

B. Constituição Anã.

C. Constituição Verde.

D. Nenhuma das alternativas anteriores.

19. O Art. 16, da Lei nº 1.011/1993, que “Dispõe sobre o regime jurídico único do funcionalismo do município, das autarquias e das fundações municipais de Barracão”, estabelece: Posse é a aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir, formalizada com a assinatura do termo pelo Diretor do Departamento de Administração, na administração direta e pela autoridade competente nas demais e pelo empossado.

§ 1º A posse ocorrerá no prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais 30 dias (trinta) dias, a requerimento do interessado.

§ 2º Em se tratando de funcionário em licença, ou afastado por qualquer outro motivo legal, o prazo será contado do término do impedimento.

§ 3º A posse não poderá dar-se mediante procuração específica.

§ 4º Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.

§ 5º No ato da posse, o funcionário apresentará, obrigatoriamente, declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

§ 6º Será tomado sem efeito o ato de provimento, se a posse ocorrer no prazo superior ao previsto no § 1º.

São verdadeiros os §§:

A.	1º, 3º e 6º, somente.
B.	1º, 3º e 5º, somente.
C.	2º, 4º e 5º, somente.
D.	3º, 5º e 6º, somente.

20. Sobre a história da ocupação do Sudoeste paranaense, relatos focam sua atenção quase exclusivamente no período que tange à colonização oficial da região, a partir de 1943, com a criação da: “_____”, que possuía o objetivo de instalar no Sudoeste do Paraná famílias de agricultores, provenientes principalmente do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, os quais são reconhecidos como os “pioneiros” da ocupação humana regional. Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE a lacuna.

A.	Marcha do Sul.
B.	CANGO – Colônia Agrícola General Ozório.
C.	Estrada do Colono.
D.	Nenhuma das alternativas anteriores.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO DO CARGO

21. A Lei de Responsabilidade Fiscal, ao tratar sobre a Dívida Pública e o Endividamento, para cumprir dispositivo constitucional, remeteu ao Senado Federal a definição de limites globais da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, fixados em percentual da receita corrente líquida para cada esfera de governo. Considerando que esses limites foram definidos no ano de 2001 e não houve alterações, pede-se: Qual o percentual do limite máximo da Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida de um Município no ano de 2022?

A.	25%
B.	60%
C.	120%
D.	200%

22. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas à Auditoria, inclusive no Setor Público (NBC TA/NBC TASP), é correto afirmar que:	
A.	Documentação de Auditoria: é a informação expressa em termos financeiros em relação a uma entidade específica, derivada principalmente do sistema contábil da entidade, a respeito de eventos econômicos ocorridos em períodos passados ou de condições ou circunstâncias econômicas em determinada data no passado.
B.	Risco de auditoria: é o risco de que o auditor expresse uma opinião de auditoria inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante.
C.	Informação contábil histórica: é o registro dos procedimentos de auditoria executados, da evidência de auditoria relevante obtida e conclusões alcançadas pelo auditor.
D.	Julgamento Profissional é: a postura que inclui uma mente questionadora e alerta para condições que possam indicar possível distorção devido a erro ou fraude e uma avaliação crítica das evidências de auditoria.

23. Com base na Lei 14.133/2021 (denominada de Nova Lei das Licitações e Contratos Administrativos) é correto afirmar que:	
A.	No processo licitatório, o não atendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.
B.	No processo licitatório, a prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular deverá ser feita por meio de autenticação notarial, certificada por tabelião, em cartório.
C.	Não há impedimento para que pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante possa participar da disputa da licitação.
D.	As fases do processo licitatório de: apresentação de propostas e lances (quando for o caso); e de julgamento das propostas, devem anteceder a avaliação dos documentos de habilitação, não podendo a avaliação da habilitação anteceder à apresentação das propostas em nenhuma hipótese.

24. Considere as seguintes afirmações e assinale a alternativa correta:	
I - O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento de planejamento que apresenta os programas de governo, e tem vigência de 4 anos. Deve ser elaborado e aprovado no primeiro ano de mandato do chefe do poder executivo e sua vigência inicia no segundo ano do seu mandato.	
II - A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) compreende, dentre outros itens, as metas e prioridades da administração pública federal, estabelece as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, e orienta a elaboração da lei orçamentária anual.	
III - A Lei Orçamentária Anual (LOA) compreende, dentre outros, o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.	
A.	É verdadeira apenas a afirmação I.
B.	É verdadeira apenas a afirmação III.
C.	São verdadeiras apenas as afirmações I e III.
D.	São verdadeiras as afirmações I, II e III.

25. De acordo com a Lei 4.320/1964, os créditos adicionais são autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento. Assinale a alternativa que apresenta as categorias corretas nas quais se classificam os créditos adicionais:

A.	Créditos: suplementares, especiais e emergenciais.
B.	Créditos: especiais, extraordinários e complementares.
C.	Créditos: suplementares, especiais e extraordinários.
D.	Créditos: normais, especiais e emergenciais.

26. Uma definição de “bens imóveis” é trazida pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP): Compreende os bens vinculados ao terreno (solo) que não podem ser retirados sem destruição ou danos. O MCASP também apresenta a classificação dos bens imóveis em categorias. Com base nessa classificação, considerando que um município possua um edifício construído a menos de três anos, de sua propriedade, que é utilizado como museu municipal, a qual categoria de bens imóveis esse edifício pertence?

A.	Bens de uso especial.
B.	Bens dominiais ou dominicais.
C.	Bens de uso comum do povo.
D.	Bens do patrimônio cultural.

27. Todas as movimentações listadas abaixo correspondem a contas contábeis que constam no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e são Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) ou Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) de um mesmo período. Considerando apenas estas movimentações, qual é o valor do Resultado Patrimonial desse Período?

AMORTIZAÇÃO DE IMOBILIZADO	R\$	250.000,00
DIARIAS PESSOAL CIVIL	R\$	320.000,00
ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	R\$	900.000,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	R\$	3.000.000,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	R\$	430.000,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	R\$	380.000,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	R\$	30.000,00
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	R\$	4.500.000,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	R\$	3.340.000,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	R\$	10.000.000,00
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	R\$	1.160.000,00

A.	Resultado Patrimonial Positivo R\$ 2.610.000,00.
B.	Resultado Patrimonial Positivo R\$ 1.750.000,00.
C.	Resultado Patrimonial Positivo R\$ 3.110.000,00.
D.	Resultado Patrimonial Positivo R\$ 1.690.000,00.

28. Sobre a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) é INCORRETO afirmar que:	
A.	A DMPL demonstra a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período.
B.	A DMPL é obrigatória para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação.
C.	Na DMPL, a alteração total no patrimônio líquido durante um período representa o valor total do resultado desse período, adicionado a outras receitas e despesas reconhecidas diretamente como alterações no patrimônio líquido (sem passar pelo resultado do período), junto com qualquer contribuição dos proprietários e deduzindo-se as distribuições para os proprietários agindo na sua capacidade de detentores do capital próprio da entidade.
D.	A DMPL evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

29. A adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é obrigatória para as entidades abaixo, EXCETO:	
A.	Tribunais de Contas dos Estados.
B.	Empresas Estatais não dependentes.
C.	Autarquias.
D.	Poder Legislativo dos Municípios.

30. Considerando o seguinte lançamento contábil, assinale a alternativa que melhor representa o ato ou fato administrativo que está sendo contabilizado:		
<table border="1" style="margin: auto;"> <tr> <td style="padding: 5px;">Débito - 1.1.2.1.x.xx.xx Créditos Tributários a Receber (P) Crédito - 4.1.1.x.x.xx.xx VPA – Tributos</td> </tr> </table>		Débito - 1.1.2.1.x.xx.xx Créditos Tributários a Receber (P) Crédito - 4.1.1.x.x.xx.xx VPA – Tributos
Débito - 1.1.2.1.x.xx.xx Créditos Tributários a Receber (P) Crédito - 4.1.1.x.x.xx.xx VPA – Tributos		
A.	Lançamento de natureza orçamentária, que registra o direito de a entidade receber o tributo, bem como o reconhecimento da receita orçamentária com tributos.	
B.	Lançamento de natureza patrimonial, que registra a efetiva arrecadação de tributos.	
C.	Lançamento de natureza patrimonial, que registra o reconhecimento do crédito a receber de tributos.	
D.	Lançamento de natureza orçamentária, que registra o recebimento em caixa ou equivalente de caixa de tributos devidos por contribuintes.	

31. O termo “Restos a Pagar Não Processados” refere-se a:	
A.	Despesas Fixadas, Não Empenhadas, Não Liquidadas e Não pagas.
B.	Despesas Fixadas, Não Empenhadas, Liquidadas e Não pagas.
C.	Despesas Fixadas, Empenhadas, Não Liquidadas e Não pagas.
D.	Despesas Fixadas, Empenhadas, Liquidadas e Não pagas.

32. Analise as três operações abaixo realizadas por um órgão público e assinale a alternativa que representa, respectivamente, a classificação da natureza das operações, quanto ao seu caráter: orçamentário ou extraorçamentário.

- | |
|--|
| <p>I – Recebimento de impostos em dívida ativa;
 II – Ingressos de recursos relativos a consignações em folha de pagamento de servidores;
 III – Pagamento de restos a pagar processados inscritos em exercícios anteriores;</p> |
|--|

A.	Receita Extraorçamentária, Receita Orçamentária e Despesa Extraorçamentária.
B.	Receita Extraorçamentária, Receita Extraorçamentária e Despesa Extraorçamentária.
C.	Receita Orçamentária, Receita Orçamentária e Despesa Orçamentária.
D.	Receita Orçamentária, Receita Extraorçamentária e Despesa Extraorçamentária.

33. Com relação à classificação da Despesa Orçamentária, é INCORRETO afirmar que:

A.	Quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, para fins contábeis, pode ser classificada em Despesa Orçamentária Efetiva e Despesa Orçamentária Não Efetiva.
B.	A sua classificação programática estipula a programação orçamentária e financeira, compatibilizando o fluxo dos pagamentos com o fluxo dos recebimentos.
C.	A sua classificação institucional reflete a estrutura de alocação dos créditos orçamentários e está estruturada em dois níveis hierárquicos: órgão orçamentário e unidade orçamentária.
D.	A sua classificação funcional segrega as dotações orçamentárias em funções e subfunções, buscando responder basicamente à indagação “em que área” de ação governamental a despesa será realizada.

34. A Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC TSP 07 estabelece o tratamento contábil para ativos imobilizados. Considere que um município licitou e contratou a compra de Um Microônibus Novo (Zero km) em 01/02/2021 pelo valor de R\$ 425.000,00. Após o empenho, a liquidação ocorreu com a entrega do veículo e toda documentação inerente ao processo em 01/06/2021, ficando o veículo habilitado para trafegar. Ainda no dia 01/06/2021 o veículo passou a ser utilizado nas suas atividades operacionais. Foi considerada para o microônibus uma vida útil de 180 meses, e um Valor Residual de R\$ 59.600,00 ao final da vida útil. Considerando apenas estas informações apresentadas, se o município adotou os procedimentos previstos na NBC TSP 07, e utilizou o método linear de depreciação (linha reta), pede-se: Qual o valor da variação patrimonial diminutiva com depreciação deste veículo que deve ser reconhecida na apuração do resultado patrimonial do ano de 2021?

A.	R\$ 2.300,00.
B.	R\$ 14.210,00.
C.	R\$ 16.527,78.
D.	R\$ 22.330,00.

35. Considerando que as movimentações financeiras listadas abaixo, e apenas estas, foram utilizadas para a elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) de um órgão público, assinale a alternativa correta, que corresponde ao seu preenchimento, de acordo com a NBC TSP 12 e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP):

Alienação de bens	R\$ 400.000,00
Amortização da dívida	R\$ 230.000,00
Aquisição de ativo não circulante	R\$ 1.000.000,00
Juros e encargos da dívida	R\$ 840.000,00
Operações de crédito	R\$ 3.000.000,00
Pessoal e demais despesas	R\$ 11.500.000,00
Receita Patrimonial	R\$ 1.300.000,00
Receita Tributária	R\$ 12.000.000,00

- A. O fluxo de caixa líquido das atividades operacionais foi de R\$ 960.000,00 (positivo).
- B. O fluxo de caixa líquido das atividades de investimento foi de R\$ 700.000,00 (positivo).
- C. O fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento foi de R\$ 1.930.000,00 (positivo).
- D. A geração líquida de caixa e equivalente de caixa foi de R\$ (-) 2.870.000,00 (negativa).

36. O Balanço Patrimonial do dia 31/12/2021 de uma empresa comercial de pequeno porte apresentou os seguintes saldos:

Nome da Conta Contábil	Valor em R\$
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	2.530,00
ADIANTAMENTO DE CLIENTES	8.300,00
BANCO CONTA MOVIMENTO	7.670,00
BENS IMÓVEIS	160.000,00
CAPITAL SUBSCRITO	119.000,00
DUPLICATAS A RECEBER - CIRCULANTE	13.400,00
DUPLICATAS A RECEBER - LONGO PRAZO	16.930,00
ESTOQUE DE MERCADORIAS PARA REVENDA	44.250,00
FINANCIAMENTOS A PAGAR - CIRCULANTE	26.800,00
FINANCIAMENTOS A PAGAR - LONGO PRAZO	43.500,00
FORNECEDORES	27.100,00
LUCROS ACUMULADOS	46.180,00
(-) CAPITAL A INTEGRALIZAR	18.600,00
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	4.000,00
(-) JUROS A TRANSCORRER SOBRE FINANCIAMENTOS - CIRCULANTE	3.200,00
(-) JUROS A TRANSCORRER SOBRE FINANCIAMENTOS - LONGO PRAZO	8.300,00

Com base nestes saldos é correto afirmar que:

- A. O índice de liquidez geral da empresa é de: 0,97.
- B. O índice de liquidez corrente da empresa é de: 0,13.
- C. O índice de liquidez seca da empresa é de: 0,40.
- D. O índice de liquidez imediata da empresa é de: 1,15.

37. Uma empresa comercial de médio porte realizou o teste do valor recuperável (<i>impairment</i>) do seu ativo imobilizado, e identificou em um conjunto de bens imóveis uma desvalorização de 10%, ou seja, o valor recuperável desses ativos ficou 10% inferior ao seu valor contábil. Considerando que: esta é a primeira vez que a empresa realiza o teste; que esses ativos não haviam sido reavaliados; e que não havia ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>), qual o lançamento contábil que melhor representa o reconhecimento da perda por desvalorização, de acordo com a NBC TG 01 (R4)?	
A.	Débito: Perdas por Desvalorização de Ativos (resultado do período) Crédito: (-) Perdas Estimadas por Redução ao Valor Recuperável (Ativo Imobilizado)
B.	Débito: Bens Imóveis (Ativo Imobilizado) Crédito: (-) Perdas Estimadas por Redução ao Valor Recuperável (Ativo Imobilizado)
C.	Débito: (-) Perdas Estimadas por Redução ao Valor Recuperável (Ativo Imobilizado) Crédito: Perdas por Desvalorização de Ativos (resultado do período)
D.	Débito: Bens Imóveis (Ativo Imobilizado) Crédito: Perdas por Desvalorização de Ativos (resultado do período)

38. Assinale a alternativa que representa a alteração na composição patrimonial e/ou do resultado do período que implica a contabilização do seguinte lançamento contábil de uma empresa comercial: Débito: Despesas com Amortização Crédito (-) Amortização Acumulada	
A.	Aumenta o Ativo e Diminui o resultado do período.
B.	Diminui o resultado do período e Diminui o Passivo.
C.	Aumenta os lucros acumulados e Diminui o Ativo.
D.	Diminui o resultado do período e Diminui o Ativo.

39. A Lei Complementar 123/2006 estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte. Dentre outros, estabelece benefícios para tais empresas ao participarem nas licitações públicas. Neste caso, para alguns documentos/comprovantes, a referida lei prevê que, quando apresentados pelo vencedor do certame, constando alguma restrição que impeça comprovação da situação exigida, seja assegurado à empresa o direito de reapresentar tais documentos para comprovar a situação exigida no prazo mínimo de cinco dias úteis. A qual documentação este dispositivo legal se refere?	
A.	Habilitação jurídica.
B.	Habilitação técnica.
C.	Regularidade Fiscal e Trabalhista.
D.	Qualificação econômico-financeira.

40. Considere o seguinte enunciado: “É pessoa jurídica de direito público, sem fins lucrativos, criada por lei, e alcançada pela obrigatoriedade das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP)”. A qual tipo de entidade este enunciado se refere?	
A.	Sociedade de Economia Mista.
B.	Autarquia.
C.	Empresa Pública.
D.	Partido Político.

Ficha de respostas para conferência (CONCURSO DE BARRACÃO - PR – 04/09/2022)
Acesse o Gabarito Provisório a partir de 05/09/2022

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40					